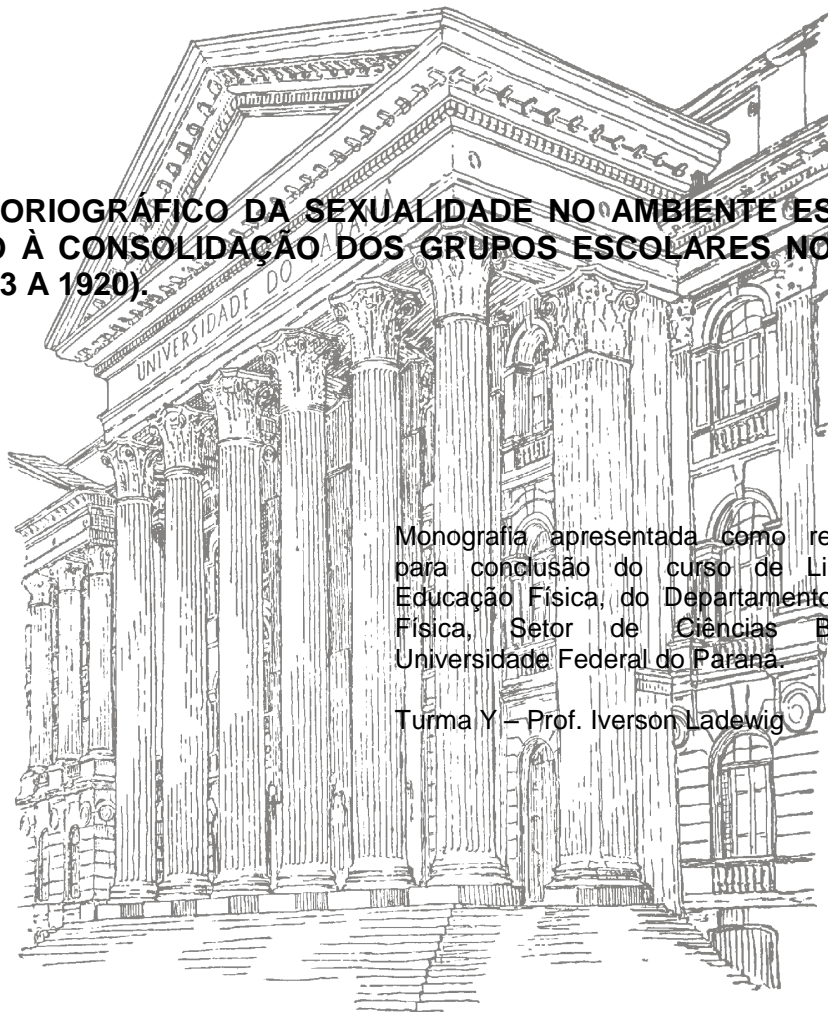


MELINA C. DE A. VICENTINE

ENSAIO HISTORIOGRÁFICO DA SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR – DO SURGIMENTO À CONSOLIDAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DO PARANÁ (1903 A 1920).

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Turma Y – Prof. Iverson Ladewig



**CURITIBA
2004**

MELINA C. DE A. VICENTINE

**ENSAIO HISTORIOGRÁFICO DA SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR – DO
SURGIMENTO À CONSOLIDAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DO
PARANÁ (1903 A 1920).**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Licenciatura em
Educação Física, do Departamento de Educação
Física, Setor de Ciências Biológicas, da
Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCUS A. TABORDA DE OLIVEIRA.

"É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver ..."

Martin Luther King

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que mesmo diante das dificuldades, investiram na minha formação e confiaram no meu potencial. Eu sei o esforço que vocês fizeram todos esses anos, sem nunca me deixar faltar nada. Obrigada por serem tão presentes, pelo incentivo, pelo apoio e pelas palavras certas nas horas mais difíceis... Vocês são os grandes responsáveis pelas minhas vitórias. Eu amo muito vocês!

Ao meu irmão, o qual foi sempre um grande amigo. Pela paciência e compreensão que teve comigo durante todo o meu percurso, agüentando minhas crises e meu mau humor.

À minha segunda mãe, vovó querida, por tudo que fez por mim. Pelo seu carinho e sua dedicação. A senhora é a melhor vó do mundo!

Ao meu amor, Diego... Mais do que meu namorado, você é meu amigo, companheiro, a pessoa com a qual eu dividi todas as minhas angústias e também minhas alegrias no decorrer deste último ano. Você é meu consolo, minha inspiração... Obrigada por tudo, inclusive por ter me ajudado no desenvolvimento desta monografia. Eu amo você!

Ao meu orientador, Marcus, e a todos os integrantes do grupo de pesquisa, sem os quais essa monografia não teria sido possível. Aprendi muito com todos vocês e, apesar da minha indecisão quanto ao meu percurso acadêmico, a contribuição de vocês foi enorme e para toda a vida!

Aos amigos e familiares... Os que acompanharam de perto toda a minha trajetória e mesmo aqueles que distantes torceram por mim. Também aprendi muito com vocês!

A todos os professores que acompanharam meu percurso e contribuíram para a minha formação.

MUITO OBRIGADA A TODOS VOCÊS!!!

SUMÁRIO

RESUMO.....	V
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1. ENTENDENDO A SEXUALIDADE	9
2.2. UM NOVO MODELO EDUCACIONAL CONSTITUINDO OS CORPOS DAS CRIANÇAS.....	16
2.3. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO CORPO	20
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

RESUMO

Este trabalho apresenta um ensaio historiográfico da sexualidade nas instituições escolares paranaenses, no período de 1903 a 1920. O recorte foi feito a fim de contemplar o surgimento dos grupos escolares paranaenses (1903) e a consolidação destas instituições de ensino primário (1920). A instrução primária paranaense no início do século XX encontrava-se debilitada para condizer com uma sociedade que almejava a modernização. O modelo representativo da instrução pública – as escolas isoladas – necessitavam então de uma reforma que as tornassem compatíveis com esse anseio. Surgiu a proposta dos grupos escolares, já adotados em outros estados mais avançados, que originaram resultados muito bem vistos pelos agentes escolares paranaenses. Nessas instituições pretendia-se instruir os alunos nos seus aspectos físico, intelectual e moral. Foram despendidos inúmeros cuidados aos corpos das crianças, centro das atenções do governo republicano. Estes corpos foram submetidos aos mais diversos dispositivos, os quais podem indicar tentativas de controle e repreensão. Dispositivos estes, que abarcaram a sexualidade dos indivíduos, numa possível intenção de reprimi-la. Separou-se os dois sexos em toda a esfera escolar, impediu-se que se falasse qualquer coisa que atentasse à moral e aos bons costumes. Sobre a sexualidade dos alunos concentraram-se esforços, embora quase não se falasse diretamente sobre ela. O trabalho reúne uma revisão historiográfica e uma pesquisa realizada a partir de algumas fontes disponíveis no acervo da Biblioteca Pública do Paraná. O primeiro capítulo dimensiona diferentes concepções acerca da sexualidade, segundo diferentes autores. O segundo aborda a constituição de um novo modelo escolar que se instaurava no estado do Paraná, no início do século XX, o qual foi responsável por inculcar novos hábitos e comportamentos aos corpos dos seus alunos. O terceiro e último capítulo relaciona as questões relativas à sexualidade das crianças, presentes no interior dos grupos escolares paranaenses. A sexualidade, nesse ambiente, não escapou dos variados dispositivos criados para assegurar uma educação própria aos anseios de uma sociedade que aspirava a modernização.

1. INTRODUÇÃO

Meu interesse por desenvolver a temática da sexualidade inserida no contexto escolar advém da minha participação em um projeto de pesquisa histórica¹, do qual fui bolsista PIBIC/CNPq e permaneci na condição de voluntária até o início de novembro de 2004.

Convém entender o processo que se desenvolveu dentro do âmbito escolar, no que diz respeito ao controle do corpo e às manifestações da sexualidade neste ambiente. Um processo complexo e por vezes contraditório, em que era proibido o ensino misto na maioria das situações, mas permitido em outras condições. A separação dos sexos no ensino e nos espaços a ele destinados raramente era sustentada por uma justificativa coerente. Não se falava na sexualidade dos alunos, mas criava-se um mecanismo de controle das crianças que permite pensar sobre ela.

O processo de constituição dos corpos e de conformação dos mesmos pela escola contribui para o entendimento de um novo modelo de comportamento que se instaurava conforme as exigências de uma sociedade em modernização.

Uma compreensão acerca da constituição dos corpos e dos comportamentos dos alunos, parece fundamental ao profissional que trabalha com esses corpos e transmite a eles certos valores, fundamentais à sua formação.

Esse trabalho pretende contribuir para as pesquisas referentes à história da educação. Existem muitos pesquisadores interessados nas questões referentes ao

¹ O projeto é intitulado *Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico das práticas corporais e da constituição da Educação Física escolar no estado do Paraná (1846 a 1920)*, sub-projeto *Transformações nos padrões de manifestação e controle corporais na escola elementar paranaense na passagem do modelo doméstico para o modelo graduado (1882-1920)*. Este projeto é coordenado pelo professor Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, da Universidade Federal do Paraná, e conta com a colaboração de Diogo Rodrigues Puchta (PIBIC/CNPq), Lausane Corrêa Pykosz (PIBIC/CNPq) e Valdirene Furtado, graduandos do curso de Licenciatura em Educação Física – UFPR; Sergio Roberto Chaves Junior e Talita Banck Dalcin, mestrands em educação – UFPR; Cristiane dos Santos Souza, mestre em educação pela UFPR e professora da Faculdade de Artes do Paraná; Vera Luiza Moro, mestre em educação pela UFPR e professora do Departamento de Educação Física da UFPR; Luciane Paiva Alves de Oliveira, professora da Universidade Tuiuti do Paraná e doutoranda em educação pela PUC/SP (bolsista CAPES). O sub-projeto acima referido é financiado pela Fundação Araucária e pelo CNPq. Cabe destacar, porém, que as idéias e interpretações aqui expressas são exclusivamente de responsabilidade da autora.

corpo e a sua relação com as instituições e o Estado. Desse modo, um trabalho dessa natureza tem a pretensão de adicionar ao conhecimento histórico.

O trabalho foi viabilizado pela análise de algumas fontes históricas – relatórios e regulamentos da instrução pública paranaense; periódicos e anais do Congresso Legislativo do Paraná - ; além do embasamento teórico historiográfico. Essas fontes fornecem alguns indícios que permitem entender o processo de construção dos corpos das crianças pelas instituições de instrução primária paranaenses. No entanto esses documentos por si só não permitem um completo entendimento deste objeto de estudo, o que exige um olhar atento do pesquisador e a formulação de questões coerentes à análise. Como afirma Burke (1992, p.26) “...é necessário ler os documentos nas entrelinhas”.

Ainda sobre a operação com fontes é interessante observar o que diz Ragazzini (2001, p.14): “A identificação, o uso e a interpretação das fontes são elementos constituintes do caráter e da qualidade da pesquisa, além de portarem a identidade e a autocompreensão da pesquisa histórica”. Ainda segundo o autor, “...a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação”.

Foram analisadas fontes primárias e secundárias, contendo informações referentes à instrução primária paranaense. A busca foi feita prioritariamente na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, onde foram selecionados os documentos que continham relatos sobre a Instrução Pública, no período de 1903 a 1920. Este recorte temporal foi definido em função do surgimento dos grupos escolares paranaenses, que ocorreu no ano de 1903, e da consolidação dessas instituições de ensino por volta de 1920.

Convém destacar que o trabalho de pesquisa histórica aponta apenas para possibilidades, hipóteses provisórias, que podem mudar ao longo da pesquisa ou após a sua finalização. O conhecimento histórico é provisório.

Esse processo de produção pressupõe um movimento, no sentido mesmo de refutação/confirmação permanente de hipóteses, que são sempre provisórias, o que confere um grau de provisoriedade à *verdade histórica*, que é sempre parcial. Provisoriade que não representa relativização das possibilidades de objetivação do conhecimento histórico. Apenas aponta para o movimento de compreensão, apreensão, pensamento e superação. Aponta para a própria dinâmica contraditória da história. A história é um campo de possibilidades, a partir da experiência humana concreta no mundo (OLIVEIRA, 2001, p.7).

A provisoriedade do conhecimento histórico é também mencionada por Thompson (1981, p.61), segundo o qual existe um “conhecimento em desenvolvimento, muito embora provisório e aproximado, com muitos silêncios e impurezas”.

O objetivo geral deste trabalho é investigar o processo de escolarização e de constituição das práticas corporais, abordando a questão da sexualidade, nos estabelecimentos de instrução primária do estado do Paraná – especialmente os grupos escolares – compreendendo o período de 1903 a 1920. Objetiva-se ainda identificar os processos de intervenção das questões sexuais nos espaços destinados à escolarização e formação dos alunos; analisar se a separação dos sexos no recinto escolar remete à sexualidade dos alunos; levantar fontes que permitam a compreensão acerca dessas questões; e explorar o universo documental que possa trazer indícios sobre uma história da sexualidade no ambiente escolar.

Para o entendimento do processo social pertinente à instalação dos grupos escolares paranaenses, torna-se necessário explanar um conceito que norteou o período enfatizado neste trabalho – o de modernização.

Marshall Berman elucida o conceito de “modernização”, caracterizando-o como um turbilhão de processos sociais do século XX.

grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização” (BERMAN, 1987, p.16).

A pretensão de modernização do estado do Paraná influenciou sobremaneira o ensino primário neste estado. A educação, compreendida nos aspectos físico, intelectual e moral, constituiu um importante alicerce nesse processo. A instrução das

crianças paranaenses representou mais que uma responsabilidade do governo. Foi entendida como fundamental para a realização dos objetivos almejados por ele.

Os discursos em prol da educação, no séc. XIX e início do séc. XX, giravam em torno da necessidade de reforma, de modernização e racionalização do ensino. A instrução pública deveria cumprir o papel de educar os indivíduos intelectual, moral e fisicamente. Seu intuito era produzir cidadãos fortes, saudáveis, aptos ao trabalho, e que estivessem de acordo com os modelos vigentes naquele momento. Isto pode ser observado no trecho do artigo escrito por Jocelyn Lopes para a revista *Myrto e Acacia* de 1917,

A instrução proporciona a consciencia das cousas e a noção do dever; - é um dos primeiros degraus da escala de perfeição; - á instrução segue-se-lhe a educação, que compreende a physica, a intellectual e a moral, cooperando mais efficaçmente á perfectibilisação dos seres por lhes dar o habito da pratica do dever, e de quanto a instrução lhe transmittio, e sua razão acceita como util e necessario (p.43).

Apesar desta fonte estar compreendida num período posterior ao ano do surgimento dos grupos escolares paranaenses, ela contribui para o estudo proposto, em função da riqueza do seu conteúdo. Ela ilustra a importância que foi atribuída à instrução das crianças, no sentido de viabilizar o desenvolvimento das faculdades física, intelectual e moral, necessárias ao desenvolvimento da nação. Este discurso foi sustentado durante todo o período contemplado neste trabalho.

Naquele momento, a reforma da instrução pública primária fazia-se imprescindível. Estavam em funcionamento as escolas isoladas, as quais eram representadas pelas diversas cadeiras de instrução primária que funcionavam nas próprias casas dos professores responsáveis por estas cadeiras. As escolas isoladas encontravam-se carentes de material e professores habilitados para a prática pedagógica, além de não apresentarem as mínimas condições higiênicas e de conforto.

A preocupação com a precariedade da instrução pública primária era de ordem nacional. Faria Filho (2000) tratou da educação pública primária na cidade de Belo Horizonte nas duas primeiras décadas do século XX. Naquele estado os anseios quanto à instrução das crianças eram também muito significativos. Faria Filho conceituou a escola isolada como

aquela que funcionava nas casas dos professores e em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, como sendo um obstáculo quase que intransponível à realização da tarefa educadora e salvacionista republicana, materializada na educação primária (p.30).

As autoridades do ensino buscavam por soluções frente aos problemas relacionados à instrução primária, os quais não se faziam presentes apenas no estado do Paraná. Os inspetores do ensino das capitais brasileiras visitavam outros estados que já apresentavam indícios de uma modernização educacional, como era o caso de São Paulo e Rio de Janeiro.

Procurando se adequar às exigências da sociedade, as autoridades do Estado do Paraná buscaram como modelo no âmbito educacional, o Estado de São Paulo. O mesmo era considerado adiantado no que diz respeito à instrução primária, sendo o primeiro Estado a implantar as escolas graduadas, no ano de 1893.

No ano de 1907, a professora normalista Carolina Pinto Moreira foi a São Paulo, com a finalidade de estudar os métodos de ensino aplicados ao ensino primário e a organização dos grupos escolares naquele estado. A professora redigiu um relatório ao presidente do Estado do Paraná, manifestando sua opinião sobre os grupos escolares de São Paulo.

é exuberante demonstração da competência do respectivo pessoal docente e dirigente e do carinhoso esmero com que os governos do ultimo deccenio daquelle prospero estado se têm preocupado com o mais importante ramo da administração publica nas nacionalidades que marcham na vanguarda da civilização **e do progresso** (p 09).

A proposta dos grupos escolares - que apresentavam vantagens sobre as escolas isoladas pela facilidade de fiscalização e pela vantagem econômica do agrupamento das escolas - era vista como uma possível solução para os problemas relacionados à educação primária paranaense. Esse investimento contribuiria para um novo tipo de educação que, segundo Bencostta (2001, p.107), pretendia ser popular e universal.

A pertinência da implantação dos grupos escolares para os fins republicanos, foi salientada por Faria Filho (2000), segundo o qual

Não resta dúvida de que a organização da instrução pública nos grupos escolares tinha como alguns de seus componentes fundamentais o controle e a fiscalização da professora, dividindo o trabalho por ela realizado até então e submetendo-a à disciplina da organização escolar (p.36).

Outros elementos, porém, eram também muito importantes nesse contexto. Os grupos escolares representavam uma importante e fundamental inovação pedagógica, contemplando a seriação do ensino e a possibilidade do ensino simultâneo, fatores imprescindíveis a uma escolarização de massa (FARIA FILHO, 2000, p.36).

A organização do ensino primário em grupos escolares foi, segundo Trindade (1996, p.21), defendida pelos inspetores gerais da instrução pública paranaense desde o início do século XX. A implantação dos grupos escolares seria mais coerente com os modernos planos pedagógicos do que as escolas isoladas que até então representavam a escola pública primária do Estado.

O primeiro grupo escolar do estado do Paraná - Grupo Escolar Xavier da Silva - foi inaugurado no ano de 1903, com o intuito de racionalizar e padronizar a educação.

Em 1916 já existiam no Estado do Paraná, segundo *O Guia Paranaense* (1916, p.33), dez grupos escolares em funcionamento – Grupo Cruz Machado, Grupo Carvalho, Grupo Conselheiro Zacarias, Grupo 19 de Dezembro, Grupo Professor Brandão, Grupo Professor Cleto, Grupo Oliveira Bello, Grupo Rio Branco, Grupo Xavier da Silva e Grupo Tiradentes.

Os grupos escolares, como nova forma de organização escolar, teriam a função de educar os corpos das crianças para as finalidades já descritas anteriormente – corpos fortes, saudáveis e adequados à ordem social vigente.

Os corpos das crianças foram conformados para o Estado e pela escola, através de uma disciplinarização física, moral e intelectual. Na revista *A Escola* de 1906, há um artigo de Esther Pereira que relata a divisão da educação nesses diferentes aspectos. Segundo a autora, a educação intelectual seria a que “tem por fim o desenvolvimento das faculdades mentaes, para a formação de sêres conscientes”. A educação moral teria a finalidade de “dar ao alumno uma boa norma de conducta, pela compreensão e conhecimento dos direitos e deveres para consigo, a família, a patria e a humanidade”. Por fim, a educação física seria responsável por robustecer a criança para que goze saúde. Esta última seria “necessaria, porque a creança que não gozar boa saude, não

poderá desenvolver-se normalmente”. Os três ramos concorreriam para a educação cívica formando seres úteis e conscientes, futuros cidadãos e mães de família (p.126).

Atribuía-se à educação física enorme importância, considerando-a responsável pelo bem-estar dos corpos dos indivíduos, delegando-lhe a função de regeneradora de hábitos, costumes, e dos corpos das crianças. Isso seria a garantia de uma nação forte e desenvolvida. A preocupação designada à educação dos corpos das crianças era constante. A revista *A Escola* de 1906 contém um trecho bastante representativo a respeito da educação física.

Encarando a educação sobre o seu triplice aspecto e considerando a criança como um composto de corpo e alma, não deverá o professor (SIC) esquecer-se da sua natureza *physica*, tratando em primeiro lugar dos cuidados que devem ser dispensados ao corpo. *Mens sana in corpore sano* e por isso deve o professor com especial atenção tratar da educação *physica* dos seus alunos, afim de conservar-lhe a saúde, desenvolvendo-lhes os membros. A educação dos sentidos é também da mais alta importância, e para isso deverá o mestre dirigir sempre os necessários exercícios, na aula, nos passeios e em todas as ocasiões (SIC) oportunas (p.19).

Porém a “educação *physica*” não seria responsável somente pelo desenvolvimento físico e pelos cuidados com os corpos das crianças. Ela ainda cumpriria uma função moralizadora, higiênica e patriótica. Segundo Souza (2000, p.16) a educação física assumiu o papel de

agente de prevenção dos hábitos perigosos da infância, meio de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes responsável pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos imprescindíveis à defesa da pátria.

A abordagem anterior demonstra uma grande preocupação com os corpos das crianças. E isso remete a uma outra questão: se este anseio poderia também estar relacionado à sexualidade destes indivíduos.

A educação dos meninos e das meninas foi centro de preocupações e restrições por parte do governo e dos estabelecimentos de instrução primária. O Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1910, proibia o ensino misto. As escolas do sexo masculino deveriam ser regidas por professores e as do sexo feminino por professoras. Nas escolas promíscuas era proibida a matrícula de meninos maiores de

dez anos, o que faz pensar por que até essa idade ambos os sexos poderiam ser instruídos juntos e a partir dos dez anos isto não seria mais permitido.

Em que se baseavam as normas das instituições escolares paranaenses? Por que estas instituições se preocupavam tanto com a separação total dos sexos no recinto escolar? Este anseio apresentava alguma relação com a sexualidade das crianças? São estas questões que norteiam este trabalho, o qual não busca respostas concretas e definitivas, mas uma melhor compreensão acerca do processo que se desenvolveu nas instituições escolares paranaenses.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. ENTENDENDO A SEXUALIDADE

É muito difícil definir a sexualidade, porque o homem é um ser sexuado, porque a sexualidade serve de mediação a todo o nosso ser. (...)

Como todas as realidades complexas, a sexualidade não pode ser definida a partir de um único ponto de vista, de uma única ciência ou de algumas palavras (LÓPEZ e FUERTES, 1992, p.7).

Sexualidade é um conceito que permite diferentes concepções e análises. Vários autores já abordaram essa temática de diferentes maneiras. Uma vez que este trabalho pretende evidenciar a questão do corpo e da sexualidade, é importante apontar alguns conceitos de sexualidade, segundo diferentes autores.

Louro (2003, p.46) refere-se à sexualidade como uma forma de comportamento – homossexual ou heterossexual – dos indivíduos.

Weeks citado por Neckel (2003, p.57) definiu sexualidade como “descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades sociais e históricas”. Ainda segundo Neckel, “... Jeffrey Weeks (1999) observa que a sexualidade, embora tendo como suporte um corpo biológico, deve ser vista como uma construção social, uma invenção histórica, pois o sentido e o peso que lhe é atribuído são modelados em situações sociais concretas”.

Nessa linha de pensamento, a escola assume um papel essencial, visto que ela irá educar e conformar os corpos – suportes da sexualidade – de acordo com os anseios do modelo social em questão. É nesse contexto que a sexualidade será estudada, como uma construção social que recebeu importante contribuição da escola.

Ramos (2003, s.p.) fez um estudo² sobre a dominação social do corpo a partir da psicanálise. Ele remete várias vezes à questão sexual que é uma forma de dominação social. Segundo o autor, “para Freud, o termo sexualidade não deve ser reduzido à sua expressão genital. O sentido amplo que este termo tem em psicanálise remete a todo e qualquer prazer proporcionado pelo contato corporal”. Ramos ainda menciona que “não

² Este trabalho foi apresentado no seminário *Teoria Crítica, Corporalidade e Formação Escolar*, realizado em parceria entre o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em novembro de 2003.

há, pois, educação que não atue, de alguma forma, sobre o corpo, como não há determinação social do indivíduo que não se inscreva em seu corpo, quer por aquilo que dele exige ou que dele negue”.

Pode-se perceber que as instituições de educação agem diretamente no sentido de conformar os corpos de seus alunos, suas manifestações e sua sexualidade. Existe um controle sobre esses corpos, eles não se manifestam como são, mas como precisam ser.

Furlani (2003, p.67) fala em educação sexual, que tem a sexualidade como aspecto intrínseco aos seres humanos, em todas as épocas de suas vidas. A autora utiliza uma citação de Guacira Lopes Louro, a qual menciona que a escola produz as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade.

Se a escola produz essas concepções, ela é, em parte, responsável pela construção da identidade sexual de seus alunos. Já dizia Sabat (2003, p.149), que “a educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual”.

O autor francês Michel Foucault explorou o universo da sexualidade em três volumes da sua obra *História da Sexualidade*. Foucault discorre sobre a sexualidade do cidadão ocidental nos últimos três séculos. O autor entende a sexualidade como um dispositivo de poder, poder este que, naquela sociedade e naquele período, não era essencialmente repressivo.

Para Foucault (1977, p.120), “a ‘sexualidade’ é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa”.

Em *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, Foucault trata das relações do sexo e do poder. O autor relata uma “vontade de saber” que conduz os discursos e a intenção estratégica que os sustenta. A partir do século XVI o sexo foi colocado em discurso, constituindo um mecanismo de crescente incitação. A Igreja – local de confissão dos pecados – impulsionou a sociedade ocidental a falar sobre o seu sexo. Os casais deveriam fazer uma descrição completa do ato sexual, em sua própria execução. Para a nova pastoral, a carne era a origem de todos os pecados, que deveriam ser confessados.

A partir do século XVII houve uma injunção da colocação do sexo em discurso. Não para condená-lo ou moralizá-lo, mas para torná-lo útil à sociedade.

cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se (FOUCAULT, 1977, p.27).

Havia a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição.

No século XVIII com o surgimento da população, enquanto conceito, o sexo tornou-se um problema econômico e político. O futuro e a fortuna da sociedade dependiam da maneira como cada qual utilizava o seu sexo. Taxa de natalidade, idade do casamento, nascimentos legítimos e ilegítimos, precocidade e frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas, todos esses fatores policiavam o sexo.

O sexo das crianças também foi alvo dessas modificações. Crianças e adultos, alunos e professores, não gozavam mais de uma liberdade de linguagem.

E desapareceram progressivamente os risos estrepitosos que, durante tanto tempo, tinham acompanhado a sexualidade das crianças e, ao que parece, em todas as classes sociais. Mas isso não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos (FOUCAULT, 1977, p.29 e 30).

A respeito do controle e da educação sexual, “seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes” (FOUCAULT, 1977, p.31).

É certo que Foucault trata de uma outra sociedade, num outro período, mas pode-se perceber que sobre as crianças concentraram-se uma série de mecanismos ora repressivos, ora estimulantes da sua sexualidade. Se naqueles séculos e naquelas instituições pedagógicas havia inúmeros dispositivos de vigilância e discursos inesgotáveis a respeito da sexualidade das crianças, nas instituições paranaenses do início do século XX também houve uma preocupação com essa sexualidade, embora de maneira menos evidente e a partir de outros dispositivos.

Nas instituições de ensino primário paranaenses, a sexualidade parece ter sido contemplada de outra maneira. Embora as fontes pesquisadas para este trabalho não possibilitem conclusões definitivas a respeito dos dispositivos utilizados pelas instituições escolares na construção da sexualidade das crianças, elas enunciam algumas possibilidades a esse respeito. No interior das instituições pedagógicas paranaenses do início do século XX não se falava sobre a sexualidade dos alunos. No entanto, algumas normas destas instituições e a distribuição dos espaços destinados ao ensino permitem pensar se a sexualidade das crianças estava ou não envolvida neste processo.

Retomando as considerações de Foucault, a partir do século XIX, a medicina veio assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometendo eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardas. Através de um discurso científico a medicina atribuiu à sexualidade possíveis desvios de comportamento e enfermidades do corpo.

Dos maus hábitos das crianças às tísicas dos adultos, às apoplexias dos velhos, às doenças nervosas e as degenerescências da raça, a medicina de então teceu toda uma rede de causalidade sexual (FOUCAULT, 1977, p.65).

No século XIX um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo. Para Foucault (1977, p.67), “através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a ‘sexualidade’ enquanto verdade do sexo e de seus prazeres”.

Como já foi dito, para Foucault a sexualidade era um dispositivo de poder, o qual suscitou diferentes formas de discurso como instrumento e efeito de poder. Exames de autoconsciência, interrogatórios, confissões, interpretações, entrevistas, todas essas formas de discurso eram estratégias para veicular e produzir poder.

Da mesma forma, o corpo da criança vigiada, cercada em seu berço, leito ou quarto por toda uma ronda de parentes, babás, serviçais, pedagogos e médicos, todos atentos às mínimas manifestações de seu sexo, constitui, sobretudo a partir do século XVIII, outro ‘foco local’ de poder-saber (FOUCAULT, 1977, p.94).

Quanto aos mecanismos de repressão da sexualidade, Foucault situa duas rupturas. A primeira no século XVII, com o nascimento das grandes proibições, a

valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, os imperativos de decência, a esquivia obrigatória do corpo e a contenção e os pudores imperativos da linguagem. A segunda, no século XX, foi caracterizada por um afrouxamento dos mecanismos de repressão. Iniciou-se uma relativa tolerância das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais, a desqualificação dos perversos foi atenuada e os tabus sobre a sexualidade das crianças foram em grande parte eliminados. No início do século XX surgiram as tecnologias médicas do sexo. As crianças e os adolescentes deveriam fazer uma economia de seus prazeres afim de garantir uma descendência sadia que fosse útil à sociedade.

Quanto ao adolescente, desperdiçando em prazeres secretos a sua futura substância, e à criança onanista que tanto preocupou médicos e educadores, desde o fim do século XVIII até o fim do século XIX, não era o filho do povo, o futuro operário a quem se deveria ensinar as disciplinas do corpo; era o colegial, a criança cercada de serviçais, de preceptores e de governantas, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais, que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para sua família e sua classe, uma descendência sadia (FOUCAULT, 1977, p.114).

O corpo e a sexualidade foram determinantes de um mecanismo de poder na sociedade ocidental. As instituições escolares, como canal de circulação desse poder, tiveram evidente importância no processo de transformação dos discursos sobre a sexualidade dos seus alunos. No interior dessas instituições, as crianças eram vigiadas, controladas, incitadas a falar ou a permanecerem caladas, e seus discursos foram manipulados pela pedagogia de acordo com o que era prudente ou não para aquele momento. As crianças e os adolescentes deveriam poupar energias desnecessárias para garantir o futuro de uma sociedade saudável e produtiva. A sexualidade foi centro das preocupações, das tecnologias de poder e dos discursos veiculados na sociedade ocidental.

Em *A História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*, Foucault aborda a maneira pela qual a atividade sexual foi problematizada pelos filósofos e pelos médicos, na cultura grega clássica do século IV a.C. O autor utiliza uma outra metodologia e um outro objeto. Há uma substituição de uma história dos sistemas de moral (a partir das interdições) por uma história das problematizações éticas (a partir das práticas de si).

Para Foucault, o uso dos prazeres constitui *um medo*, a respeito do dispêndio sexual, que é caracterizado pela ausência de fecundidade e de parceiro, o que foi preocupação da medicina e da pedagogia. Expressa um *esquema de comportamento* quanto à fidelidade sexual e recíproca do casal. Caracteriza *uma imagem* do perfil-tipo do homossexual, onde há uma inversão dos papéis sexuais numa relação entre indivíduos do mesmo sexo. Origina *um modelo de abstenção* representado pela renúncia ao prazer sexual. Segundo o autor, os homens deveriam dominar seus prazeres representando exemplos a serem seguidos, para que assim pudessem dominar aos outros.

Foucault definiu uma circularidade entre ato, desejo e prazer. O desejo levaria ao ato, que estaria ligado ao prazer, o qual suscitaria o desejo. Seria necessário reduzir os prazeres à exclusiva satisfação elementar das necessidades.

Na obra consta desde a época – estação do ano - em que o ato sexual seria benéfico para o organismo, até a hora do dia em que deveria ser consumado, com quem, e qual a dieta que deveria preceder e proceder ao sexo.

O último volume, *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*, dedica-se à problematização da atividade sexual pelos textos gregos e latinos nos dois primeiros séculos da nossa era. Foucault faz referência ao texto de Artemidoro, segundo o qual existiriam diferentes formas possíveis de atos sexuais. No entanto, segundo Foucault, não seriam estabelecidos julgamentos morais, e sim mostrados esquemas de apreciação geralmente aceitos. Para Foucault o texto constituía-se como revelador de uma “ética do sujeito” que ainda existia correntemente na época de Artemidoro.

Artemidoro, segundo Foucault, caracterizou três tipos de atos sexuais: os *kata nomon*, que seriam os atos conformes à lei; os *para nomon*, os quais seriam contrários à lei, e os *para phusin*, que seriam contrários à natureza. Entre os *kata nomon* estavam o adultério e o casamento, a frequência de prostitutas, o recurso aos escravos da casa; e a masturbação de um serviçal. Os *para nomon* eram essencialmente constituídos pelo incesto, no sentido restrito das relações entre pais e filhos. Por último, os *para phusin* seriam, na análise de Foucault, aqueles que se afastavam da posição fixada pela natureza; as relações em que o parceiro definia o caráter antinatural do ato

(relações com os deuses, com os animais, com os cadáveres, consigo mesmo ou entre duas mulheres).

O volume 3 – *o cuidado de si* – é caracterizado pela inquietação a propósito da conduta sexual; pela importância maior atribuída ao casamento e pelo menor valor atribuído ao “amor pelos rapazes”. Há uma maior problematização dos *aphrodisia*, dos quais, segundo Foucault, é preciso tentar retomar as formas particulares e os seus motivos. São relacionados alguns termos como “cultura de si”, “práticas de si”, e “experiência de si”, o que indica uma preocupação em torno do “eu”. Para Foucault, o desenvolvimento da cultura de si está relacionado a mudanças na prática matrimonial e modificações nas regras do jogo político.

Levando em consideração o corpo, a saúde, o meio e as circunstâncias, a medicina colocou a questão dos prazeres sexuais. O autor menciona a “ambivalência” determinada pelas valorizações positivas do ato sexual e sua patologia. Valorizações positivas atribuídas ao sêmen – “substância preciosa” que garantiria a superioridade do homem – e à conjunção sexual que seria vista como “coisa da natureza”, não podendo, portanto, ser considerada uma coisa ruim. Patologia atribuída ao dispêndio causado pelo ato sexual. Os atos sexuais deveriam portanto ser submetidos a um regime que deveria contemplar, segundo Foucault, a idade do sujeito, o momento favorável, os exercícios adequados ou não e a alimentação oportuna.

Na obra ainda são enfatizados o vínculo conjugal e a condição da mulher como esposa, as finalidades do casamento e o amor pelos rapazes, o qual é agora interrogado. Para Foucault, este amor não pode mais ter lugar, visto que a reciprocidade do prazer é que vivifica o amor.

Ao termo sexualidade cabe uma série de interpretações de cunho biológico, político, social e histórico. Sexualidade é um emaranhado de todos esses fatores que a tornam complexa e ampla em significação. Embora tendo em vista a amplitude de significados que a temática da sexualidade contempla, não serão enfatizadas todas essas possibilidades, por conta dos limites desta pesquisa. Um trabalho que envolva todas essas significações e sentidos, exige uma pesquisa mais ampla e demorada.

A sexualidade será entendida neste trabalho a partir do que ela representou no interior das instituições escolares paranaenses do início do século XX.

2.2. UM NOVO MODELO EDUCACIONAL CONSTITUINDO OS CORPOS DAS CRIANÇAS.

A Instituição Escolar, no início do século XX, exercia uma forma de controle, pautado nas normas da sociedade, sobre seus alunos e os corpos dos mesmos. Louro; Neckel e Goellner (2002, p.7) argumentam que “... todos os processos educativos sempre estiveram – e estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, jovens, homens e mulheres”.

E é sobre o novo modelo educacional, proposto e implantado no início do século XX, que se pretende falar. Os grupos escolares viabilizariam práticas educativas inéditas até então. Segundo Bencostta (2001, p.107),

Desde os primeiros anos da República, o debate entre intelectuais, políticos e educadores paulistas fluía para um tipo de escola primária que pretendia ser *moderna* e diferente daquela existente no Império: carente de edifícios, mobiliários e livros didáticos, precário em pessoal docente qualificado para o ensino de crianças e distante dos *modernos* métodos pedagógicos. Nesse sentido, para a recém instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas – ou *grupos escolares*, como vieram a ser denominadas – foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal.

A precariedade do ensino primário paranaense era fortemente evidenciada nas fontes do início do século XX. Reclamava-se da privação de edifícios que estivessem de acordo com os preceitos de higiene e salubridade propostos por médicos e higienistas. Os prédios também não favoreciam a separação dos sexos no ambiente escolar que era regulamentada pelas leis e decretos do ensino. No relatório apresentado pelo inspetor de ensino, Sebastião Paraná, em dezembro de 1907, ele solicita a aquisição de prédios escolares alegando que

Não ha quem não saiba aquilatar os graves inconvenientes que advem do fato de funcionarem as escolas em prédios de aluguel e por consequência sem as condições prescriptas pela hygiene pedagógica (p. 53).

Além dos inconvenientes quanto às instalações físicas dos estabelecimentos de ensino, outros problemas eram freqüentemente enunciados pelos agentes da instrução pública. Os professores e inspetores do ensino solicitavam freqüentemente verbas para

a aquisição de mobiliários novos, pois os encontrados nas escolas eram incompatíveis com o desenvolvimento de um corpo forte e sadio que se desejava dos alunos. A formação dos professores que iriam atuar na instrução e educação dos alunos era crítica constante nos relatórios, anais e revistas da época.

Bencostta (2001, p.109) lembra que os grupos escolares deveriam ser uma seqüência metódica e sistemática do ensino, desenvolvendo e aperfeiçoando a educação intelectual, física e moral dos alunos.

Os corpos deveriam ser corrigidos, conformados, obedecendo ao progresso da civilização. Vago (2002, p.57) fala sobre os grupos escolares de Belo Horizonte, caracterizando-os como modernidade pedagógica e institucionalização do sistema de educação pública modelar.

A criação dos grupos escolares possibilitaria a difusão da instrução escolar, atendendo aos preceitos da sociedade moderna que se almejava. Conforme Oliveira (2003, p.9),

... a escola ocupa um lugar destacado frente aos novos desafios colocados pelas sociedades modernas, uma vez que tratava-se de inculcar hábitos, valores, comportamentos e condutas que sinalizassem para o novo mundo – moderno, industrial, urbano, civilizado – que se consolidava.

A efetivação dos grupos escolares como instituição de ensino público primário era considerada um passo fundamental ao processo modernizador que se instaurava na sociedade paranaense.

Faria Filho (2000, p.38) já caracterizou “a presença dos grupos escolares na cidade como um dos elementos que compõem e produzem a cidade moderna”.

Nas crianças instruídas nesses estabelecimentos poderiam ser materializados os ideais republicanos que se consolidavam diante da modernização do estado paranaense. Isto seria feito através dos corpos das crianças e seus comportamentos.

Vago (2002, p.88) definiu os corpos das crianças como lugares de materialização da educação “intellectual, moral e physica”. A estes corpos estavam impostos hábitos e condutas que deveriam ser respeitados, conformando-os. Os corpos eram manipulados, moldados, constituídos. Era necessário “implantar novos comportamentos, fundar novas sensibilidades, produzir outra corporeidade” (p.59).

Aos corpos, desejava-se imprimir hábitos e condutas que os tornassem “belos, saudáveis, ordeiros, robustos, vigorosos, atributos de uma estética corporal ideada, mas ainda inexistente” (VAGO, 2002, p.88). Corpos, que se gozassem dessas características, viriam a servir para as finalidades impostas pelo novo modelo social.

No entanto, os corpos femininos e masculinos assumiram papéis diferentes na sociedade. Os primeiros eram preparados para realizar os “trabalhos comuns da vida doméstica, para ser útil a si e á família”, uma educação voltada para o trabalho realizado no espaço da vida privada da casa (VAGO, 2002, p.200). Já os segundos deveriam ser preparados para o “trabalho técnico profissional”. Esses corpos eram educados separadamente, cada um para uma finalidade. Segundo Vago (2002, p.200) “ampliam-se assim os dispositivos de educação diferenciada do corpo masculino e do corpo feminino na escola”.

Segundo López e Fuertes (1992, p.8)

Todas as sociedades e culturas atribuem atividades específicas ao homem e à mulher, embora às vezes o façam de modos muito diferentes. Em geral, essas atribuições não se baseiam em diferenças biológicas, mas, na maioria dos casos, em formas de funcionamento social que se cristalizaram ao longo da história(...).

A preparação da mulher para assumir seu papel de mãe e executar as tarefas domésticas foi uma das preocupações centrais na educação feminina. As disciplinas cursadas pela mulher na escola contemplavam os afazeres domésticos da mãe, esposa e dona do lar. Prendas domésticas, economia doméstica, trabalhos com agulha, costura e bordado, entre outras, constituíam o rol das disciplinas escolares destinadas à mulher. Ela era educada para que fosse dócil, meiga, instintiva e submissa ao futuro esposo. Mas essa polidez representava também uma repressão quanto à sexualidade das mulheres.

Construída na superação de si mesma, reprimida nos impulsos naturais e na sexualidade espontânea, resta, muitas vezes, à mulher, mesmo à educada nos princípios salutarés do livre-pensamento, render-se a seu destino: conformar-se aos contornos desenhados da mãe e da esposa e aceitar, juntamente com eles, as obrigações cotidianas do modelo doméstico feminino (TRINDADE, 1996, p.52-53).

A mulher era educada para assumir um papel social que, muitas vezes, não condizia com as suas satisfações pessoais. Mesmo assim, ela se esforçava por cumprir este papel, reprimindo qualquer outro instinto que renegasse seu papel de mãe, esposa e dona do lar, meiga, dócil e submissa.

Nos programas escolares do período em questão percebe-se a distinção que ocorria na educação de ambos os sexos. Enquanto as meninas aprendiam bordado, costura e prendas domésticas, os rapazes recebiam lições de agronomia, marcenaria e praticavam exercícios militares, num propósito da escola de formar futuros trabalhadores e soldados para a pátria. Tratava-se do “corpo doméstico (e domesticado) da mulher, o corpo produtivo (igualmente domesticado) do homem, que o novo modelo escolar deveria constituir” (VAGO, 2002, p.201). O autor ainda menciona que “para educar corpos masculinos, mestres de ofício masculinos; para educar corpos femininos, mãos femininas” (p.202).

Meninos e meninas eram freqüentemente separados, relacionavam-se muito pouco. Não freqüentavam os mesmos locais, não aprendiam as mesmas coisas, eram incitados a permanecerem cada um no seu espaço. Como se desenvolvia a sexualidade dessas crianças então? Como elas se comportavam diante da opressão dos modelos educacionais? De que maneira as condutas impressas nos corpos dos alunos influenciavam o processo de escolarização?

A construção da corporalidade das crianças foi, possivelmente, influenciada pelos dispositivos de controle e repressão, criados pela sociedade. São esses dispositivos que merecem ser estudados e pensados historicamente, inseridos no processo de constituição da cultura escolar paranaense.

O trabalho de pesquisa histórica envolve todo o contexto social, econômico e político em questão. É importante ressaltar que este é um ensaio historiográfico que não contemplou todas essas possibilidades, no entanto, é extremamente importante para a prática do historiador observar esta série de fatores. As considerações feitas por Thompson (1981, p.58) são cruciais ao trabalho do historiador.

Não se trata da observação de fatos isolados *em série*, mas de *conjuntos* de fatos com suas regularidades próprias; da repetição de certos tipos de acontecimento; da congruência de certos tipos de comportamento em diferentes contextos – em suma, das evidências de formações sociais sistemáticas e de uma lógica comum do processo.

2.3. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO CORPO

A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas (FOUCAULT, 1977, p.32).

As instituições escolares do início do século XX objetivavam produzir o cidadão do futuro, útil à pátria e à família dentro da ordem republicana. Para alcançar esse objetivo, a escola utilizou-se do adestramento dos corpos das crianças - através da educação física - inculcando os preceitos de civilidade e modernidade por meio da educação moral e intelectual.

Falava-se muito em corpo – corpo saudável, corpo produtivo. E as preocupações com a sexualidade desses corpos? Eram eles reprimidos, intimidados, diferenciados?

Vago (2002), em seu trabalho – referente à afirmação de uma nova cultura escolar em Belo Horizonte, a partir da reforma do ensino primário mineiro de 1906, que instituiu os Grupos Escolares - traz informações interessantes a respeito da educação diferenciada para meninos e meninas, questões de gênero que remetem à sexualidade dos mesmos. A educação dos corpos femininos era baseada na discrição. Nos pátios, nos recreios e nas aulas de ginástica, as meninas desenvolviam brincadeiras quase sempre relacionadas à religião.

Os serviços sanitários deveriam ser separados para meninos e meninas. O mesmo acontecia em relação aos pátios escolares destinados ao recreio das crianças. Deveria ainda haver um muro divisório entre esses pátios, reforçando a idéia de que a promiscuidade não deveria se fazer presente no recinto escolar.

Foucault, embora estivesse se referindo ao século XVIII da cultura ocidental, descreveu a preocupação em separar os corpos das crianças no interior das instituições de ensino. Esta separação, que permaneceu em evidência até o início do século XX, dá indícios de um controle sobre a sexualidade dos alunos.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto basta atentar para os dispositivos arquitetônicos (SIC), para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma

das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente (FOUCAULT, 1977, p.30).

Durante a minha pesquisa reuni algumas fontes interessantes que permitiram algumas considerações, como é o caso dos anais do Congresso Legislativo, dos relatórios e dos regulamentos da Instrução Pública Paranaense.

Nas instituições escolares paranaenses do início do século XX havia a mesma preocupação referente ao espaço escolar e aos corpos das crianças. Estas eram permanentemente vigiadas pelos inspetores de ensino, os quais levavam qualquer infração das leis impostas aos alunos, às mais diferenciadas conseqüências. Meninos e meninas eram separados e controlados na escola, devendo respeitar e aceitar essa distinção. As turmas eram freqüentemente separadas e, quando eram mistas, as sessões de carteiras e assentos eram divididas. O recreio era separado desde a formação das filas para a saída da sala de aula e continuava sendo durante todo intervalo até que os alunos retornassem aos seus lugares dentro da sala de aula.

Como não pensar na sexualidade dessas crianças se a todo tempo elas estão sendo impedidas de conviver com o outro sexo e vivenciar as mais diversas experiências com ele? Como relevar todas essas acentuadas tentativas de reprimir a sexualidade das crianças no interior da instituição escolar?

não é possível entender por que aqueles que negavam a existência da sexualidade infantil separavam radicalmente os meninos das meninas no sistema educacional. Por que separá-los? O medo do contato entre os sexos os obcecava, embora afirmassem que, na verdade, as crianças não têm interesses sexuais. É possível haver maior contradição? Os meninos eram separados das meninas, os rapazes das moças, os homens das mulheres, até na própria igreja. E, inclusive entre pessoas do mesmo sexo, eram necessárias prescrições de todo tipo para que a sexualidade fosse negada o máximo possível. Nos internatos havia normas obsessivas relativas à sexualidade (como se sentar, despir-se, saudar, visitar um doente ou sair a passeio) (LÓPEZ e FUERTES, 1992, p.24).

Vago (2002, p.103) refere-se a Guacira Lopes Louro, que chamou de “construção escolar das diferenças” a separação entre meninos e meninas. Segundo o autor

ficou reforçada regimentalmente a proibição da ocupação simultânea e do uso dos mesmos espaços escolares por meninos e meninas, o que revela mais um dispositivo de constituição diferenciada dos corpos das crianças (p. 104).

Era proibido que ambos os sexos freqüentassem o mesmo espaço. Será que essa proibição era pautada apenas em dispositivos criados para construir as diferenças sociais de homens e mulheres?

Não se tratava apenas de uma construção escolar das diferenças. A separação observada no interior das instituições de ensino ia além deste intuito. Ela caracterizava as mais diversas preocupações com a sexualidade das crianças. Preocupações de ordem moral, arraigadas pelos inúmeros preconceitos e tabus ainda existentes naquela sociedade. O que era considerado inadequado pela moral não poderia ser concebido por essas instituições.

O relato de um inspetor da instrução pública mineira reforça a idéia de sexualidade, dizendo que o recreio para ambos os sexos tem inconvenientes que ele não precisa frisar. Que inconvenientes eram estes? Apesar desse fato ter ocorrido em outro estado, pode-se perceber o discurso que estava em voga no início do século XX. Em outro relatório fala-se da inconveniência das aulas mistas. Sabe-se que em parte essa era uma preocupação decorrente da suposta “inferioridade intelectual” da mulher, comparada ao homem. Mas seria só isso? Não haveria nenhum tipo de controle sexual, impedindo que ambos os sexos freqüentassem o mesmo local e se relacionassem? Por que então até mesmo os pátios de recreio deveriam ser separados? Mesmo na hora do descanso a convivência entre os sexos não era permitida, o que dá indícios da preocupação com a sexualidade dos alunos.

No Paraná, era comum que as escolas ministrassem aulas separando meninos e meninas, como pode-se observar em fontes referentes à instrução pública. No Annaes do Congresso Legislativo do Paraná de 1900/1901, há uma sessão de leis, decretos e regulamentos da instrução pública que elucida essa separação.

Art. 226. A frequencia das aulas é commum e simultanea aos alumnos de um e outro sexo, sendo os assentos dispostos em duas secções; uma para os alumnos e outra para as alumnas.

Art. 227. Haverá duas salas de espera, para que os alumnos de um e outro sexo aguardem separadamente o começo dos exercicios escolares (p.131).

A diferenciação dos espaços ocupados pelos alunos e pelas alunas não ocorria somente no interior da sala de aula. A fonte acima referida é um exemplo representativo do que ocorria também fora desse ambiente. A todo momento as instituições escolares e os agentes responsáveis pelo ensino controlavam seus alunos objetivando o menor contato possível entre eles. Essas atitudes caracterizam uma possível repressão dos alunos no ambiente escolar.

López e Fuertes (1992) elucidam em seu texto, a temática da sexualidade, numa perspectiva bastante ampla. São abordadas, entre outras questões, as características biológicas e psicossociais dos seres humanos; a regulamentação social da sexualidade e seu desenvolvimento nas diferentes faixas etárias. Os autores ainda esboçam um pouco da atitude histórica dominante dos anos 40 aos 60. O período contemplado nas argumentações dos autores extrapola o recorte temporal desta pesquisa, porém ele pode contribuir para o entendimento de um conceito estruturado historicamente e que se consolidou por um longo período no ambiente educacional.

a atitude predominante era de *negação, imposição de tabu, proibição e obsessão*. Negação porque se fazia todo o possível para reduzir a sexualidade a algo secreto. Com efeito, não se podia falar sobre ela. Se as pessoas o faziam, era para se auto-acusarem em confissão ou como argumento de gracejo malicioso. Imposição de tabu porque qualquer tema referente à sexualidade, embora enormemente carregado de significado e interesse, adquiria o caráter de intocável e indiscutível.

Quando, apesar de tudo, emergia alguma manifestação sexual, perseguiram-na com grande rigor a lei, a moral ou os costumes (LÓPEZ e FUERTES, 1992, p.23-24).

Provavelmente as concepções de sexualidade e suas repercussões sociais naquele momento, foram influenciados por conceitos elaborados anteriormente e pelas atitudes que vigoravam num período precedente.

Os agentes do ensino foram tão receosos em se tratando da sexualidade dos seus alunos, que viram na separação completa dos dois sexos nesse ambiente um alicerce importante para controlá-la.

No Annaes do Congresso Legislativo do Paraná (1904 a 1907, p.29) consta que “As matérias professadas no Gymnasio e Escola Normal ficam divididas em dois cursos diferentes para o effeito da completa separação dos sexos nas aulas, mas sem prejuizo do ensino”.

Também a saída para o recreio deveria respeitar essa separação. Conforme o Regimento Interno e Programa para Grupos Escolares de 1932, a saída para o recreio deveria obedecer a três sinais: 1) advertência, 2) movimento e 3) fora da forma. A este último, “os alunos saíram da forma, ficando em separado a seção feminina da masculina” (p.27).

Nota-se a constante preocupação em educar os sexos separadamente, o que traz indícios de uma sexualidade que possivelmente foi reprimida e controlada. Ainda sobre esta divisão, geralmente, professoras regiam as cadeiras das escolas femininas e professores o faziam nas escolas masculinas. Havia escolas promíscuas, mas eram muitas vezes criticadas por oferecerem o ensino misto.

O Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1910 determinava em seu Capítulo V, art.35, que “as escolas do sexo masculino serão regidas por professores e as do sexo feminino e promiscuas por professoras sómente” (p.17).

No mesmo regulamento, o Capítulo VII, art.47, decretava:

§§ Único. Não serão admittidos á matricula:

- 1°. As meninas nas escolas do sexo masculino e os meninos nas do sexo feminino, o que só será permittido nas escolas promiscuas;
- 2°. Os meninos maiores de dez annos n'estas ultimas escolas (p.19).

Possivelmente essas eram tentativas de impedir que ambos os sexos convivessem no ambiente escolar, além, é claro, de proporcionar uma educação diferenciada para meninos e meninas, já que os mesmos deveriam assumir diferentes papéis sociais.

No relatório apresentado pelo diretor geral da instrução pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, em 31 de dezembro de 1913, pode-se perceber a preocupação quanto ao ensino misto, quando este é ministrado depois dos dez anos de idade.

Parece-me que não há razão para não serem mixtas (prefiro esta denominação á de promíscuas) todas as escolas dirigidas por professoras. Ao contrario, só há vantagem em que meninos até os dez annos sejam ensinados por mulheres e juntamente com meninas. Isto é tão evidente que eu não me darei ao trabalho de demonstrar.

Não duvido que possa justificar-se o facto de não se entregar a professores a regência de escolas para meninas, não o facto de não ser permittido que professoras dirijam escolas para meninos. É certo que em regra, as mulheres têm muito mais vocação para o ensino do que os

homens; há de parte das professoras mais solicitude no cumprimento dos seus deveres do que da parte dos professores; mais do que estes com toda a sua força physica, Ellas são respeitadas pelos alumnos, devido á sua força moral somente (p.23).

Sobre o mesmo propósito, porém, no Estado de São Paulo, Souza (2001, p.88) deixa sua contribuição quando menciona que “Classes masculinas e classes femininas registram a divisão sexual predominante no ensino público até o início dos anos 70, motivada e mantida por princípios morais”. Que princípios morais impediam que homens e mulheres fossem educados da mesma maneira, no mesmo espaço? Parece realmente que não somente as “diferenças intelectuais” impediam que o ensino fosse o mesmo para ambos os sexos. A sexualidade parece sempre ter sido, de alguma maneira, controlada por esses princípios morais.

Professores, inspetores e diretores da instrução pública frisavam a impropriedade da educação mista, porém, se abstinham de qualquer justificativa coerente para tal. Os agentes escolares reforçavam a inconveniência da promiscuidade sem nenhum argumento para sustentá-la. Apenas diziam que a impertinência do ensino misto era evidente e não necessitava qualquer explicação.

Vago (2002, p.162 e 163) observou em seus estudos que a própria maneira de vestir as crianças evidenciava que “a imposição de bons modos e o controle dos deslocamentos não eram iguais para meninos e meninas, aparecendo, aqui também, cuidados diferenciados que interferem na produção do feminino e do masculino nas práticas escolares”. As meninas usavam uniformes brancos, no intuito de conter seus movimentos e práticas corporais, que provocariam sujeiras facilmente visíveis. Já os meninos vestiam uniformes escuros para esconder por mais tempo impurezas contraídas na movimentação pelos espaços escolares.

Mais do que cuidados higiênicos, era uma maneira de controlar os movimentos das meninas que deviam ser dóceis, recatadas e submissas, enquanto os meninos se movimentavam livremente. Isso implica na sexualidade dessas crianças, que tinham seus corpos controlados e eram impedidas de se expressar naturalmente. Novamente, eram hábitos e condutas, desejáveis pela sociedade, impostos às crianças através de seus corpos. Os princípios morais e os valores impostos pela escola constituíam a identidade – sobretudo sexual – dos alunos.

O controle sobre a sexualidade das meninas era ainda mais evidente. A própria escolha dos livros didáticos tornava óbvia a preocupação em educar as meninas de modo a coibir sua sexualidade.

Sebastião Paraná, em 1906, redigiu um relatório ao diretor geral da instrução pública, propondo a unificação dos livros didáticos e tecendo crítica a *Iracema*, de José de Alencar: “não convem como livro de leitura nas escolas, por conter episódios em que predomina um realismo impróprio e que offende a castidade das alumnas” (p. 15).

O próprio material didático era selecionado respeitando os princípios da boa moral e dos bons costumes. Aos agentes escolares preocupava incitar a sexualidade de suas alunas. Adquiria sentido a idéia repressora, de negação e de interdição.

Um episódio relatado no jornal *O Dezenove de Dezembro*, de 1860, explicita a inquietação de uma professora frente à sexualidade de suas alunas. Naquele ano, ocorreu um estupro praticado pelo capitão do porto, Victor de Sóbra.

D. Alzira da Costa Lobo, professora publica da Segunda aula de meninas – disse- Perguntado se em sua aula aprendia uma menina neta de Damiana de tal, residente na fonte nova desta cidade, a qual se diz ter sido despedida de sua aula, e qual o motivo que a isso a obrigou? Respondeu que essa menina foi sua discipula, e tendo muitas vagas na escola ella averiguada por vezes a interrogou, e ella lhe dizia que estava doente; ultimamente vagou por alguns dias na escola, e dizendo se publicamente que ella tinha sido deflorada pelo capitão do porto desta cidade, **para moralidade de sua aula despediu a dita menina** (p.2, sem grifo no original).

O trecho acima merece algumas considerações a respeito do duplo constrangimento ao qual a vítima foi exposta. A menina foi violentada ao ser “deflorada”, e também ao sofrer exclusão após uma situação da qual ela foi vítima. Ela sofreu os abusos que atentavam contra a moralidade prescrita naquele momento e ainda recebeu um tipo de punição por ter sido violentada – a exclusão.

O comportamento da professora revela o sentido atribuído à qualquer forma de expressão da sexualidade. Não se permitia falar sobre ela nem apresentar qualquer tipo de conduta a ela relacionada. Tudo o que fosse considerado imoral ou fosse contra os preceitos do bom comportamento deveria ser banido das instituições primárias de ensino público.

Quanto a nós, estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade” : os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade; quanto a esta, não é a marca ou símbolo, é objeto e alvo... (FOUCAULT, 1977, p.138).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo das crianças permaneceu durante muito tempo como foco central dos anseios de “modernização e progresso” da sociedade paranaense. Através da instrução pública destas crianças objetivou-se preparar os futuros cidadãos – mães de família e homens da Pátria – para que viessem a consolidar os ideais republicanos. Ideais representados por uma nação forte, sadia e intelectualmente desenvolvida, satisfazendo as necessidades de uma sociedade que pretendia ser moderna.

As escolas isoladas, que então representavam a instrução primária paranaense, reuniam inúmeros inconvenientes como a falta de espaço, carência de material escolar adequado e de professores capacitados para as finalidades que deveriam cumprir. Além disso apresentavam desvantagens econômicas e eram consideradas atrasadas frente ao processo de modernização de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nestes estados já funcionavam os grupos escolares que ofereciam vantagens como a seriação do ensino, a possibilidade do ensino simultâneo, o controle e a fiscalização da professora e a divisão do trabalho por ela realizado até então. Com isso a instrução pública atingiria as almeçadas disciplina e organização escolar, imprescindíveis a uma escolarização que correspondesse aos anseios de modernização.

Os grupos escolares eram vistos como a possível solução frente aos problemas relacionados à instrução pública paranaense, apresentando mais coerência com os planos pedagógicos propostos por um estado que almejava a modernização. Assim, as escolas isoladas foram sendo substituídas pelos grupos escolares destinados à educação primária da população.

A instrução pública tinha o escopo de desenvolver as faculdades moral, intelectual e física dos alunos, designando a tríade que baseou os discursos e as reformas ocorridos no início do século XX. A educação do corpo caracterizou-se pela imposição de novos hábitos, condutas e regras de comportamento pautados pela sociedade paranaense.

Dispositivos que possivelmente representavam o controle e a repressão do corpo foram instaurados pela sociedade, fazendo-se presentes de inúmeras maneiras no

interior das instituições escolares. A sexualidade dos indivíduos foi abarcada por esses dispositivos. Inúmeras foram as tentativas de, possivelmente, reprimi-la e excluí-la do ambiente escolar.

As classes eram na maioria das vezes separadas por sexo. Observava-se uma preocupação em educar o sexo masculino e o sexo feminino de forma diferenciada afim de que os mesmos cumprissem seu devido papel na sociedade.

Dispositivos arquitetônicos já remetiam à sexualidade dos alunos. A construção dos prédios destinados ao ensino baseava-se nos preceitos de moral instituídos na sociedade paranaense. Os agentes do ensino pensaram no efeito da completa separação dos sexos no ambiente escolar. O mesmo dispunha de pátios de recreio separados, salas de espera para cada sexo, salas de aula com disposição de carteiras inviabilizando a convívio entre os dois sexos.

As recomendações quanto ao comportamento dos alunos indiciam a repressão atribuída à sexualidade dos mesmos. À saída para o recreio, filas distintas. Durante o mesmo, corpos separados. Ao seu término, mesmas filas para que voltassem às classes onde novamente seriam separados.

Parece claro que as instituições escolares das duas primeiras décadas do século XX manifestaram suas angústias quanto à sexualidade dos seus alunos. Não suscitaram diretamente essa questão, mas desenvolveram um aparato de regras que pudessem controlá-la, sem no entanto evidenciar suas intenções possivelmente repressoras. A sexualidade se fez presente nessas instituições de ensino. Estas, portando a responsabilidade pela educação física, intelectual e também moral das crianças, adequaram-se aos preceitos morais estabelecidos pela sociedade, regulando, controlando e impondo normas aos corpos de seus alunos.

É importante mencionar que este foi um trabalho de revisão historiográfica limitado em função do tempo disponibilizado para a pesquisa e também pelos meus interesses pessoais no momento. Ele não possibilitou conclusões definitivas e acabadas, mas vários questionamentos e possibilidades que poderão vir a ser melhor esclarecidos em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: **Educar em Revista**. Curitiba: Editora da UFPR, n.18, 2001.

BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade – Ontem, Hoje e Amanhã. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 1987.

BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. 2. Reimpressão. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Original inglês.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupos escolares: afirmação de uma nova forma escolar. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 8.ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LÓPEZ, Félix e FURTES, Antonio. O que é a sexualidade? **Para entender a Sexualidade**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

_____. Atitudes diante da Sexualidade. **Para entender a Sexualidade**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o excêntrico. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

NECKEL, Jane Felipe. Erotização dos corpos infantis. **Corpo, Gênero e Sexualidade – Um debate contemporâneo na educação**. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Para uma Crítica da Historiografia: Ditadura Militar, Educação Física e Negação da Experiência do Professor. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vitória: Proteoria, 2001.

_____. **Um Programa de Pesquisa para Uma História da Corporalidade na Escola Brasileira**, 2003.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar em Revista**. Curitiba: Editora da UFPR, n.18, 2001.

RAMOS, Conrado. **O “ressentimento do guerreiro”**: reflexões sobre corpo e educação a partir do pensamento de Theodor Adorno e da Psicanálise. (Texto apresentado no seminário *Teoria Crítica, Corporalidade e Formação Escolar*, realizado em parceria entre o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em novembro de 2003).

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: **Educar em Revista**. Curitiba. Editora da UFPR, n.18, 2001.

_____. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. In: **Cadernos CEDES 51**: Educação, sociedade e cultura no século XIX: Discursos e sociabilidades. 1. ed. Campinas, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos**: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Fontes:

Annaes do Congresso Legislativo do Paraná. 1900/1901; 1904 a 1907.

A Escola. Relatórios. Curitiba, Ano I, N. 1, p. 17-25, fevereiro de 1906.

A Escola. Curso de Pedagogia. Curitiba, Ano 1, N.7, p. 122-126, agosto de 1906.

Myrto e Acacia. Escola e Civismo.. Curitiba, Ano 2, N.5, p. 43-47, 18 de março de 1917.

O Dezenove de Dezembro. Curitiba, Ano VII, N.242, p.2, 28 de julho de 1860.

O Guia Paranaense. Curitiba, Ano 1, N.1, 1916.

Relatório de Carolina Pinto Moreira. Curitiba, 19 de outubro, 1907.

Relatório de Sebastião Paraná apresentado ao Exm. Srn. Director Geral da Instrucção Publica. Curitiba, 31 de dezembro, 1906.

Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrucção publica pelo Inspector Escolar da Capital, Sebastião Paraná. Curitiba, 19 de dezembro, 1907.

Regulamento da Instrucção Publica do Estado do Paraná, 1910.